

## Resenha bibliográfica 1

# Labor markets and inequitable growth: the case of authoritarian capitalism in Brazil

Morley, Samuel A. *Labor markets and inequitable growth: the case of authoritarian capitalism in Brazil*. Cambridge, Cambridge University Press, 1983. XV + 316 p.

ELIANA A. CARDOSO \*

A investigação de Morley acerca do crescimento econômico brasileiro é um estudo abrangente sobre a distribuição da renda e o mercado de trabalho, cobrindo os anos entre 1950 e 1975. Ele registra em suas 88 tabelas informações importantes, faz uma resenha do debate sobre o processo de crescimento com desigualdade crescente e estuda os fluxos migratórios, assim como os mercados de mão-de-obra especializada e não-especializada. O livro compreende os seguintes capítulos: 1) Introdução; 2) A produção e o emprego no pós-guerra; 3) A desigualdade crescente desde 1960; 4) O significado e a interpretação da desigualdade numa economia em crescimento; 5) A evidência de melhoria do nível absoluto da renda dos grupos mais pobres e a mobilidade social; 6) A migração e modernização da força de trabalho rural; 7) A absorção de migrantes na economia urbana; 8) As tendências e teorias sobre diferenciais de salários durante o crescimento econômico; 9) O mercado de mão-de-obra especializada; 10) A agricultura, a política salarial e os salários da mão-de-obra não-especializada; 11) Perspectivas sobre o crescimento desigual no Brasil; e 12) Conclusões.

\* Da Boston University.

É consensual na literatura que o período estudado por Morley compreende pelo menos três fases: os anos de industrialização baseada na substituição de importações que terminam com a estagnação e a inflação galopante de 1962; os anos entre 1963 e 1967, nos quais a formação de capital e a expansão industrial diminuíram, enquanto as taxas de inflação declinaram rapidamente; e os anos que se seguem a 1968, quando o crescimento acelerou-se, sendo acompanhado de baixas taxas de inflação até pelo menos 1974. Depois do primeiro choque do petróleo, a inflação retomou seus altos níveis, mas a estratégia de crescimento sustentado não foi abandonada até a crise do balanço de pagamentos em 1981.

Morley, como muitos outros economistas, vê 1962 como o marco do fracasso do processo de substituição de importações. Essa experiência termina com altas taxas de inflação, *deficits* insustentáveis na conta corrente do balanço de pagamentos, agitação social e um golpe militar que “trocou a liberdade política por maior eficiência econômica” (p. 8). Os generais têm-se sucedido no poder desde então, mas, para um observador mais crítico, o ganho em eficiência econômica é menos aparente do que a democracia perdida. A inflação desde 1981 tem-se situado acima de 100% (excedendo, portanto, os níveis inflacionários anteriores ao golpe militar), o crescimento *per capita* tem sido negativo e a situação do balanço de pagamentos nunca foi tão severa.

Morley aceita também sem maiores críticas o argumento de que o crescimento rápido com taxas de inflação relativamente baixas observado no período 1967/73 segue um padrão cíclico, que só se torna possível pelo excesso de capacidade gerado no período anterior, quando se manteve elevada a razão investimento/produto. Este argumento é difícil de aceitar se tomamos em consideração o fato de que a utilização de capacidade já se situava em torno de 75% em 1967 e que a taxa de crescimento real excedeu os 11% nos cinco anos seguintes. Pelo contrário, seria mais importante observar que a composição do investimento modificou-se substancialmente, passando da construção de rodovias no final dos anos 50 para investimentos em maquinaria no final dos anos 60, permitindo, dessa forma, que a economia obtivesse mais mercadorias por cruzeiros investidos.

Também sujeita a controvérsia é a proposição de que “poucos governos demonstraram mais fé na empresa privada e no mercado livre” (p. 11). Na nossa percepção, é exatamente o contrário. Depois de 1964, embora o financiamento inflacionário tenha declinado durante os 10 primeiros anos do regime militar, a intervenção do Governo na economia cresceu. Isto se pode verificar pela análise das informações estatísticas sobre tarifas, subsídios às exportações, crédito subsidiado ao setor rural, controle de preços e salários e participação das empresas públicas no produto e no investimento. Ao menos em parte, o crescimento sustentado da economia brasileira, que não encontra paralelo na experiência latino-americana recente, deve-se precisamente à intervenção governamental maciça.

O crescimento econômico brasileiro tem sido criticado por seu caráter desigual e injusto. O consenso é de que os ricos foram os grandes beneficiários. Aqui, Morley desafia a opinião da maioria e mostra que os pobres beneficiaram-se do crescimento de diferentes formas. Assim, a criação de empregos foi mais rápida que o crescimento da força de trabalho, e muitas das ocupações geradas significaram melhores oportunidades. A mobilidade social ascendente foi maciça. Mesmo assim, a distribuição de renda tornou-se mais desigual. Mas isso, Morley argumenta, foi o resultado de um processo de crescimento baseado em mão-de-obra especializada em uma economia caracterizada por oferta ilimitada de mão-de-obra não-especializada.

Morley examina a economia brasileira com as lentes dos modelos duais de crescimento *à la* Lewis-Fei-Ranis. A economia é dividida em dois setores: um moderno, outro tradicional. Com o excesso de oferta de trabalho, o crescimento tende a aumentar a desigualdade, pois há um distanciamento entre as rendas relativas dos setores e regiões e um deslocamento de renda em favor dos lucros. Ele argumenta que existe também um deslocamento em favor da mão-de-obra especializada, em detrimento da mão-de-obra não-especializada. As forças subjacentes ao sistema dual fazem com que o crescimento com igualdade seja difícil de se conseguir, e Morley acredita que “existe uma incompreensão muito difundida daquilo que o governo pode e não pode conseguir numa economia com oferta ilimitada de mão-de-obra” (p. 14). O salário de subsistência é determinado pela

existência do excesso de mão-de-obra. Para que haja melhorias na situação dos pobres, o excesso de mão-de-obra tem de ser eliminado por meio do crescimento. “A crescente desigualdade é o custo que a sociedade no curto prazo deve pagar para o maior bem-estar dos pobres no longo prazo” (p. 15).

A argumentação de Morley envolve, é claro, julgamentos de valor e proposições normativas. Sua opinião — deixando de lado considerações marginais — de que o melhor que o Governo pode fazer em relação à pobreza e à desigualdade é promover o crescimento representa uma visão muito complacente do papel do Governo. Em 1980, 30% da população brasileira ganhavam menos do que 260 dólares por ano, e o decil superior da força de trabalho ganhava 40 vezes mais que o decil inferior. Em tais condições, não podemos encarar a pobreza e a desigualdade como problemas que serão resolvidos no longo prazo, mas precisamos, pelo contrário, de programas maciços contra a pobreza e de reformas que promovam a justiça social e a igualdade.

Morley acredita que, embora tenha aumentado a desigualdade no curto prazo, como resultado do processo de crescimento rápido, o Brasil alcançou o chamado *turning point* por volta de 1970. Nesse sentido, coleta evidências para mostrar que os benefícios do crescimento econômico estão finalmente começando a atingir os pobres, argumentando que “o crescimento da renda relativa dos pobres depois do milagre é o resultado direto da eliminação do excesso de mão-de-obra durante o milagre” (p. 284).

As informações do Censo de 1980, que recentemente se tornaram disponíveis, não sustentam a posição de que a distribuição de renda tenha melhorado durante a última década (a tabela a seguir mostra nos concentração e desigualdade crescentes).

Medidas de distribuição de renda com base nos dados censitários estão sujeitas a grande margens de erro, principalmente devido à cobertura incompleta. É verdade que o crescimento rápido implicou um aumento da renda real dos pobres, muito embora a adequação desses níveis de renda seja uma questão totalmente diferente. Existem evidências diretas de má nutrição e de condições de vida severamente deficientes para pelo menos 30% da população. Voto, portanto, por um processo de crescimento que promova de forma

*Índices para comparações básicas da distribuição de renda global*

	1966	1970	1980
Participação na renda dos 40% mais pobres (%)	11,57	10,03	9,72
Participação do decil superior (%)	39,66	46,47	47,89
Coeficiente de Gini			
Total	0,50	0,565	0,59
Rural	n.d.	0,44	0,54
Urbano	n.d.	0,55	0,56
Coeficiente de Theil			
Rural	n.d.	0,43	0,80
Urbano	n.d.	0,63	0,65

FONTES: Carlos Geraldo Langoni, *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil*, Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1973; Rodolfo Hoffmann, *Distribuição da renda no Brasil em 1980, por Unidades da Federação*, *Revista de Economia Política*, III(1), 1983; William Tyler e David Denslow, *Perspectives on poverty and income inequality in Brazil*, mimeo, World Bank, 1983.

mais agressiva os ganhos de bem-estar para os pobres e discordo frontalmente da conclusão de Morley de que as desvantagens do modelo brasileiro são sobretudo de ordem política e que a “desigualdade seja uma base errada para se atacar nessa estratégia de crescimento” (p. 292) .

